

Racismo à brasileira.

Guimarães, Antonio Sérgio. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34, 1999. 238p

Há tempos não se publica no Brasil um livro deste peso sobre a teoria das relações raciais. Trata-se do resultado de pesquisa e reflexões sobre Brasil, Estados Unidos e África do Sul, enfocando a obra de autores brasileiros e estrangeiros, assim como a realidade das relações raciais. O estilo do livro reflete o engajamento do autor com o tema da desigualdade racial e sua convicção da necessidade de, digamos assim, “racializar” o debate sobre as desigualdades e as políticas sociais no Brasil e, contemporaneamente, desmontar “o caráter assimilacionista e universalista do modo brasileiro de se identificar, a si e aos demais” (p.10). Nisto Antonio Sérgio se aproxima da idéia de muitos ativistas negros de que, para se combater devidamente o racismo, haverá antes de tudo de dismantelar alguns dos mitos de origem da sociedade brasileira: que é mais cordial e integradora do que outras; que aqui conta a classe muito mais do que a cor; que não haveriam barreiras insuperáveis para as “pessoas de cor”. Neste sentido, se me dá licença, acredita-se que haveria de modificar a cultura brasileira antes de poder intervir em suas desigualdades raciais. Resta a

questão: até que ponto isto é realmente possível e que Estado, nesta temporada de diminuída intervenção do poder público, teria a força para conduzir esta luta prometeica?

O livro possui um caráter intrinsecamente comparativo, sendo que os Estados Unidos, muito mais do que outras regiões, são o termo de referência. Neste sentido, quiçá a questão central possa ser aquela apresentada na página 39: por que os sistemas raciais do Brasil e dos Estados Unidos têm sido tomados como pólos opostos? Por que as similaridades funcionais têm passado despercebidas?

Apresentando num formato conveniente ao leitor oito artigos já publicados em revistas especializadas, *Racismo e Anti-Racismo no Brasil* está organizado em três partes. Nas duas primeiras, discutem-se conceitos e teorias; na terceira, de cunho mais explicitamente político, a necessidade de “fazer algo” contra o racismo da sociedade brasileira é colocado de forma imanente e imperativa, salientando a urgência de políticas públicas para a ascensão social dos negros no Brasil. As três partes são perpassadas pelo esforço, muito bem

sucedido, de mostrar como racismo e modernidade mais do que antinomias representam uma parceria quase constante na sociedade de hoje. Tanto a discriminação racial como o uso político da identidade étnica - que no Brasil se alimenta também de ícones baseados na inversão dos estereótipos tradicionalmente associados com o fenotipo negro - parecem fenômenos que hoje se manifestam de forma mais explícita que antes. Ademais, Antonio Sérgio nos explica, o “racismo brasileiro está umbilicalmente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não à estrutura de classe, como se pensava” (p. 13).

O primeiro capítulo enfatiza a necessidade de adotar uma definição nominalista da noção de “raça”, o que, segundo o autor, permitiria evitar os perigos ideológicos que o termo carrega. Embora minha percepção do termo seja diferente - um anátema para as ciências sociais, preferindo a ele, como categoria analítica, o termo “racialização”, também utilizado por Anthony Appiah, um autor citado no livro - não há como não subscrever ao postulado que conclui este capítulo: “De fato, quando a ‘raça’ está presente, ainda que seu nome não seja pronunciado, a diferenciação entre tipos de racismo só pode ser estabelecida através da análise de sua formação histórica particular, isto é, através da análise do modo específico como a classe social, a etnicidade,

a nacionalidade e o gênero tornaram-se metáforas para a ‘raça’ ou vice-versa” (p.35).

“Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que, aqui o racismo é tabu.” Com esta frase lapidar, que lembra a famosa declaração de Florestan Fernandes sobre “o preconceito de não ter preconceito” que caracterizaria o Brasil, começa o capítulo 2, que apresenta um artigo publicado pela primeira vez em 1995. Imagino que hoje Antonio Sérgio não afirmaria o mesmo, pois a existência do racismo é atualmente assumida não só nas ciências sociais como na imprensa erudita e popular, na TV e até em boa parte da opinião pública, como diferentes pesquisas vêm mostrando. Mais do que denunciar o racismo, parece hoje ser necessário reconstruir sua gênese e, obviamente, começar a aplicar remédios. O bom deste capítulo é propriamente mostrar como a linguagem de classe e de cor, no Brasil, sempre foi usada de modo racializado, assim como indicar qual tem sido o debate político sobre o racismo. Este debate está relacionado com a construção de um imaginário popular e culto da nação brasileira como entidade “heterofóbica”, para usar a feliz definição do autor, dentro da qual quase não haveria espaço para o exercício da diferença cultural e menos ainda étnico-racial. No capítulo 3, Antonio Sérgio mostra como muda a agenda de pesquisa

e como o Brasil deixa de ser um modelo de democracia racial para os estudos étnicos - embora pode-se argumentar que continua sendo tal em parte do imaginário popular, nas representações turísticas e na elegia ufanista do Brasil manifestada em torno da celebração dos 500 Anos. Aqui é analisada a forma pela qual “cor” e discriminação racial fazem parte das categorias explicativas da “escola paulista” (sobretudo Florestan Fernandes), de autores baianos (Thales de Azevedo) e cariocas (Luís Costa Pinto e Guerreiro Ramos). As posições são analisadas ao longo de três interessantes eixos: a posição ideológica (acreditar ou não que o Brasil fosse intrinsecamente menos racista do que outras sociedades), o esquema interpretativo (se tratava de uma sociedade de classes ou estamental, ou ainda de um único Brasil ou vários brasis), e a disputa teórica sobre como explicar as relações raciais em geral. O capítulo seguinte continua nesta trilha, analisando também a obra de Donald Pierson, Marvin Harris e, em medida menor, Charles Wagley. Discordando com o pouco peso que estes autores deram à cor como fator de organização das relações sociais, Antonio Sérgio conclui que “o racismo e o ‘preconceito de cor’ são formas racializadas de naturalizar a segmentação da hierarquia social” (p.123). O capítulo quinto busca reconstruir a análise de

Thales de Azevedo sobre as relações raciais na Bahia, enfocando sobretudo a pesquisa que resultou no livro *As elites de cor*, publicado em 1953. O autor garimpa a obra de Thales descobrindo um homem que, embora convencido da necessidade da democracia racial, desvenda aos poucos aspectos e momentos da vida baiana onde há discriminação racial. Neste sentido o livro *Racismo e Anti-Racismo no Brasil* tem o grande mérito de ter recolocado Thales no centro da pesquisa e do debate sobre relações raciais, modernização e sociedade brasileira. Por um lado, Thales tinha de alguma forma se auto-excluído deste debate; por outro, o fato de estar na Bahia deve ter contribuído não pouco para sua relativa marginalização no debate, que funcionou mais entre a “escola paulista”, Freyre e os autores baseados no Rio (Guerreiro Ramos, Costa Pinto e, mais tarde, Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva, Peter Fry, Ivonne Maggie e outros). Aqui o autor salienta o cuidado de Thales em pesquisar o especificamente soteropolitano na formação das classes e dos tipos de *status*. Falta porém em Antonio Sérgio, ao reler Thales, uma importante constatação sobre a Bahia contemporânea: ela é hoje, em muitos sentidos, menos hierárquica. Seu racismo já é outra coisa que não a defesa de privilégios originados nos estamentos. Clubes de elite, casamen-

tos interracialis, mestiçagem e “embranquecimento” têm agora outro valor e precisam ser observados sob outros prismas. As esferas de socialização entre brancos e negros são mais amplas que antes e isso requer outros princípios classificatórios da “cor”. Hoje tanto negritude como “branquitude” são construídas também ao longo de novas e mais sutis polaridades.

Na terceira parte do livro, o autor toma partido a favor de medidas compensatórias e de ação afirmativa. Começa sistematizando as posições nos debates políticos e acadêmicos nos Estados Unidos. Esta sua sistematização é útil e pioneira no Brasil. Além da polaridade universalismo versus direitos de grupos específicos, haveria posturas de direita e de esquerda. E usos diferentes de princípios liberais em torno da própria noção de mérito. A apresentação de quadros sinópticos ajuda a entender melhor as diferentes posições. Bonitas são as palavras que encerram o capítulo: “Nosso grande desafio como nação, portanto, é não cair numa paralisia, a um só tempo relativista e fatalista, ou seja, não aceitar, como traço definidor da sociedade, aquilo que criticamos [...É] preciso, em certos momentos, em algumas esferas privilegiadas, que aceitemos tratar como privilegiados os desprivilegiados” (p.180). O capítulo 7 aprofunda os temas abordados no capítulo precedente, salien-

entando que no Brasil já tem havido medidas legais a favor de grupos particulares: a lei dos 2/3, pela qual apenas 1/3 dos trabalhadores de uma empresa poderiam ser estrangeiros, as medidas em favor de investimentos no Norte-Nordeste, e o reconhecimento de (novos) direitos à terra de grupos indígenas e descendentes de quilombolas. Um possível contra-argumento seria que o caso dos negros no meio urbano é diferente, porque é mais difícil estabelecer direitos na base da cor *tout court* do que na base do país de nascimento ou do pertencimento a um território particular. No último capítulo, à guisa de conclusão, compara-se o racismo dos Estados Unidos, do Brasil e da África do Sul. Embora o autor saliente a especificidade do Brasil, a ênfase é na progressiva convergência tanto do racismo como do anti-racismo nos três países, sobretudo nos dois primeiros. O desafio, nos três países, é representado pela necessidade de reconstruir a nacionalidade sobre bases pluriétnicas e pluriculturais, e de estabelecer uma agenda anti-racista em três dimensões: Estado, nação e indivíduo. Menos convincentes são as explicações para a relativa fraqueza, em termos de apoio de massa, dos movimentos negros no Brasil. Sugiro que se coloquem as dificuldades do ativismo negro num contexto mais amplo, determinado pela crise da vida associativa e do ativismo em geral,

uma crise que acompanha esta época de democratização madura no Brasil. A dificuldade por parte dos movimentos negros de identificar a linguagem com a qual apelar para a massa do povo negro-mestiço faz parte, no meu entender, de uma crise de método dos movimentos sociais que surgiram durante e logo depois da ditadura militar. Ademais, faz tempo que no Brasil se precisa pensar em construir um movimento anti-racista mais amplo, dentro do qual os movimentos negros serão, é claro, componente chave, mas que mobilize e seduza outros setores da sociedade (igrejas, sindicatos, partidos, artistas, intelectuais, mundo acadêmico etc.). Afinal, como já dizia Guerreiro Ramos, o “problema do negro” está na cabeça dos brancos.

O livro indica com força que no Brasil, como no resto do mundo, a diferença entre “raça” e identidade étnica é tênue — sendo que raça é, na maioria das vezes, uma categoria negativa, dada por outros, enquanto identidade étnica tende a ser positiva e resultado de afirmação de um grupo. Antonio Sérgio mostra como grupos sociais podem ser transformados em grupos raciais e como grupos racializados podem tentar se tornar grupos étnicos, sendo este o caminho que boa parte do movimento negro tenta trilhar. Mas o livro também me leva a questionar até que ponto pode-se utilizar categorias na-

tivas como “raça” para analisar o racismo, ou se não seria melhor pensar “raça” como uma construção nativa e lançar mão da idéia de racialização para fins de análise. Esta pode ser entendida como o processo por meio do qual as “raças” são construídas, um processo que sempre vê uma inter-relação entre discursos e práticas, entre culto e popular. A vantagem do termo “racialização” sobre “raça” é que o primeiro explicita que se trata de um processo e está menos carregado de conteúdo moral. Apesar desta observação sobre a política dos termos, acho que o mérito de Antonio Sérgio é mostrar como o termo “cor” tem sido usado, na maioria dos casos, para, digamos assim, tirar a saliência da diferença racial, acabando por adquirir um tom quase ameno! Outras observações podem ser feitas a respeito do aparato conceitual do livro. O autor, tratando de Thales, salienta a importância de levar gênero em consideração, porque influi tanto nas práticas discriminatórias como na construção da negritude. Seria porém oportuno também prestar atenção às importantes e quiçá crescentes diferenças geracionais e de classe na população negra, assim como na existência de âmbitos ou arenas diferentes em que se dão as relações raciais. “Cor” ou “raça” não têm o mesmo peso em todos os contextos. Outra ressalva a fazer tem a ver com duas questões mais gerais: a aborda-

gem “multiculturalista” da noção de cultura e identidade, e a problematização da mestiçagem. Se o primeiro é um tema relativamente novo, digamos dos últimos vinte anos, o segundo é tema antigo, já presente nas ciências sociais no mundo anglo-saxônico desde pelo menos o clássico *O homem marginal*, publicado em 1937 por Everett Stonequist, pesquisador da Escola de Chicago segundo o qual o mestiço era uma figura condenada a estar eternamente fora de lugar. Ora, se é evidente que a mestiçagem nunca representou solução para o racismo, tampouco é possível argumentar que ela seja um “problema” em si. A mestiçagem nada mais é do que uma forma, comum a muitos países, de vivência das relações raciais. E, obviamente, Antonio Sérgio nem de longe acredita que o mestiço tenha uma psique particular, deslocada da “norma”. A respeito da reificação de noções como cultura e identidade (ou “reconhecimento”), implícita em boa parte do aparato conceitual do multiculturalismo, é preciso refletir. A fase antecedente à popularização do multiculturalismo era caracterizada pela crença, entre os *policy-makers*, na integração cultural como meio e resultado da ascensão social. Naquela fase, a cultura por exemplo, tanto aquela do país de origem do imigrante como aquela do país hospedeiro, era vista como um mundo relativamente impermeável à mudança, e o

conhecimento de culturas e maneiras do país hospedeiro, enquanto tal, era visto como algo absolutamente necessário para a ascensão social. Isso subentendia que o sucesso de um grupo étnico de minoria dependia, principalmente, de seu capital cultural. Hoje, na base de muita teoria em torno do multiculturalismo, há uma nova simplificação e reificação da noção de cultura, pela qual a manutenção da diferença e da singularidade culturais seria a *conditio sine qua non* para a ascensão social de um grupo de minoria étnica no contexto da (pós)modernidade, como se o encontro entre culturas fosse, de fato, um conflito entre blocos e como se, mais uma vez, a posição social dependesse da vida cultural. Sabendo ser algo pedante, acho que uma definição mais acurada da noção de cultura teria ajudado a tornar o argumento mais convincente.

Há uma outra contradição que empobreceu o nível do debate sobre as relações raciais no Brasil. Até poucos anos atrás aconteceu que a maioria dos antropólogos chegasse a conclusões mais amenas do que a maioria daqueles que trabalham com outros métodos. Os primeiros se detiveram na lógica interna das relações raciais (aquela característica que Harris chamou de *lexical proclivity*, as manipulações e transgressões individuais, os mitos e os discursos); os segundos constatavam o absur-

do de um país onde, ao lado de discursos celebratórios da mistura racial, detectavam-se traços claros de discriminação racial (embora às vezes sem racismo, quer dizer, sem que a desigualdade racial fosse apoiada em uma ideologia articulada de superioridade de algum grupo racial).

Antonio Sérgio aponta justamente para uma nova abordagem, que preste atenção tanto aos discursos como às práticas, tanto ao erudito como ao popular. Uma abordagem que deve poder combinar etnografia e métodos quantitativos. O livro também aponta para a importância de uma cautelosa abordagem comparativa. Pode-se argumentar que tanto o pensamento racial como o estudo deste pensamento têm sido intrinsecamente comparativo: jóias e dores de um sistema se manifestam melhor na comparação

com um outro sistema. Este livro movimenta-se com clareza através desta contradição, entre a necessidade de um olhar comparativo e o pouco cuidado, e até o exagero, com relação ao especificamente local que a comparação pode trazer consigo, porque é evidente que qualquer comparação exageradamente polarizada oculta mais do que ilumina. Talvez Antonio Sérgio concorde comigo que um mergulho mais aprofundado nas teorias do nacionalismo e da etnicidade em contextos diferentes, por exemplo na Europa, poderia ajudar a sair um pouco dos necessários exageros que as comparações polarizadoras Brasil versus Estados Unidos promovem. Enfim, estas observações nada mais são do que uma indicação de que este é um livro bom para pensar. Que queremos mais de um livro?

Livio Sansone
Vice-Diretor Científico
do Centro de Estudos Afro-Asiáticos
da Universidade Cândido Mendes

etc.). Em outros termos: por não verificar empiricamente o conteúdo dos depoimentos, a autora incorre com freqüência em erros de interpretação.

Procurarei apontar como estes problemas ocorrem, principalmente a partir dos pressupostos e hipóteses desenvolvidos na segunda parte do livro, que é onde a autora busca explicar musicalmente o samba-reggae. De maneira esquemática, discutirei os problemas dividindo-os em tópicos.

A África presente, via candomblé, no samba-reggae

Há, no trabalho de pesquisa da autora, a crença em certos pressupostos que, por carecerem de fundamentação musical teórico-empírica, conduzem a interpretações parciais do fenômeno investigado. Tal é o caso da noção de africanidade que se encontra subjacente à tentativa de explicação do que é e de onde vem o samba-reggae.¹

Esta africanidade é estabelecida com base na crença de que as religiões afro-brasileiras não somente preservaram traços arcaicos africanos em suas práticas musicais, mas também influenciaram sobremaneira manifestações musicais seculares. Palavras da autora: “a estética musical das organizações afro-carnavalescas é resultado de migrações e mesclas tecidas na ponte que liga o candomblé aos sambas urbanos” (p. 65). O que, por sua vez, se baseia na constatação da “grande influência dos candomblés sobre as expressões musicais afro-baianas” (p. 65) e na observação de que “a percussão, tocada nos terreiros, é a base da musicalidade dos blocos” (p. 51). Tese controversa e da qual discordam alguns etnomusicólogos.

Para Jorge de Carvalho, se, por um lado, as principais matrizes de identidades afro-brasileiras são ainda provenientes dos cultos religiosos de origem africana—o candomblé da Bahia, o xangô do Recife, o tambor de mina de São Luis e o batuque de Porto Alegre—por outro, a música destas manifestações religiosas, de alta complexidade rítmica,

¹ Encontram-se no livro alusões a “matrizes percussivas de origem africana” no samba-reggae (p. 79), ao fato de que “recria sonoridades africanas” (p. 17) e também que poderia ser “uma mistura de vários ritmos africanos” (p. 79).